



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

ELCE GLÁUCIA DE OLIVEIRA MUNIZ

**A ORTOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PROPOSTA
METODOLÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II**

**GUARABIRA - PB
2015**

ELCE GLÁUCIA DE OLIVEIRA MUNIZ

**A ORTOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA PROPOSTA
METODOLÓGICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II**

Trabalho apresentado à Coordenação do
Curso de Licenciatura em Letras da
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Licenciada em Letras.

Aprovada em: 01/12/2015

BANCA EXAMINADORA

Adriana Sales Barros

Prof.^a Dra. Adriana Sales Barros
Orientadora

Eneida Dornellas de Carvalho

Prof.^a Dra. Eneida Oliveira Dornellas de Carvalho
Examinadora

Cleuma Regina Ribeiro da Rocha Lins

Prof.^a Dra. Cleuma Regina Ribeiro da Rocha Lins

Examinadora

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M963o Muniz, Elce Gláucia de Oliveira
A ortografia na educação básica [manuscrito] : uma proposta metodológica para o Ensino Fundamental II / Elce Gláucia de Oliveira Muniz. - 2015.
20 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.
"Orientação: Adriana Sales Barros, Departamento de Letras".

1. Ensino. 2. Ortografia. 3. Proposta Metodológica. I.
Título.

21. ed. CDD 411

Aos meus filhos, netos, esposo e família.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas conquistas alcançadas durante os estudos e pelo aprendizado no decorrer da vida acadêmica.

A minha família pela força.

Aos amigos conquistados no decorrer do curso.

Agradeço aos mestres da universidade, pela orientação em todo tempo que estive nesta Instituição.

Agradeço em especial à professora Adriana Sales Barros que sempre foi muito atenciosa, e acima de tudo a paciência que teve para comigo, sendo a minha orientadora deste trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

Um dos assuntos mais discutidos na atualidade escolar é o ensino da gramática em salas de aulas do ensino básico, visto que no contexto e a interpretação sobrepõem à regra gramatical. Dessa forma, o objeto desse estudo é verificar as principais mudanças ocorridas na ortografia brasileira e apresentar uma proposta para o ensino nas salas de aulas do Ensino Fundamental II. O estudo foi fomentado na literatura existente, pela qual buscamos embasar uma proposta metodológica do ensino da ortografia no nível escolar básico com a finalidade de melhorar a aprendizagem do aluno. Assim, apresentamos um breve histórico da evolução da língua portuguesa e sua ortografia, segundo a pancronia, em seguida sugerimos estratégias para o ensino ortográfico nesse segmento educacional. Fundamentamos nossas ideias autores como Bechara (2008) e Moraes (2009) no que tratam da importância do ensino da ortografia na sala de aula entre outras. É possível afirmar que a ortografia é um importante segmento da gramática e que ensinada de forma adequada, num misto entre contexto, interpretação e atividades lúdicas direcionadas, é possível ao aluno aprender as regras ortográficas vigentes e melhorar a aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental II.

Palavras – chave: Ensino; ortografia; proposta metodológica.

ABSTRACT

One of the most discussed subjects in school today is the teaching of grammar in elementary school classrooms, as the context and interpretation overlap with grammatical rule. Thus, the object of this study is to verify the main changes in the Brazilian spelling and submit a proposal for teaching in classrooms of elementary school II. The study was promoted in the existing literature, by which we seek to base a methodology the spelling of classes in primary school level in order to improve student learning. Thus, we present a brief history of the evolution of the Portuguese language and its spelling, according to pancronia then we suggest strategies for teaching spelling in this educational segment. Underlie our authors ideas as Bechara (2008) and Moraes (2009) in dealing with the importance of the spelling of teaching in the classroom and others. It can be argued that the spelling is an important segment of grammar and taught properly, a mix between context, interpretation and directed play activities, it is possible the student to learn the current spelling rules and improve the learning of elementary school students II.

Keywords: education; spelling; methodological proposal.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado pelos países lusófonos, visando uma melhor comunicação e unidade linguística entre os falantes do Português. Nesse contexto, é objetivo central deste estudo sugerir uma proposta metodológica para o ensino da ortografia no Ensino Fundamental II a fim de melhorar o ensino aprendizagem e facilitar o entendimento das novas regras. Pretendemos também diferenciar brincadeira, jogo e brincados, além de conhecer a história da Ortografia da Língua Portuguesa e verificar as mudanças advindas desse acordo, para que possamos ratificar ou não nossas hipóteses: os alunos não gostam de ortografia porque a metodologia é ineficaz; o professor não conhece estratégias lúdicas para ensinar ortografia; a ortografia pode ser ensinada a partir do erro do aluno e de um jogo didático denominado Soletrando.

É uníssonos a discussão acerca do ensino da Gramática normativa nas aulas de Língua Portuguesa do ensino básico brasileiro. Aspectos gramaticais, como a ortografia e a morfologia ficam relegados a segundo plano devido a uma série de mudanças que vem paulatinamente ocorrendo no ensino do português, como por exemplo, o desenvolvimento de competências de escrita e leitura proficientes. Nesse contexto, o professor se depara com um dilema: como ensinar ortografia para alunos do ensino básico? Não ensinam a norma para enfatizar a leitura, escrita e produção textual ou ensinam a norma de maneira reflexiva? Assim, é preciso rever estratégias de ensino para que a aprendizagem se torne significativa.

A capacidade de articulação de ideias e pensamentos é uma das tarefas principais da escola, levando o aluno a refletir, discutir, evidenciando novas possibilidades de expressão. A gramática normativa da língua portuguesa que é ensinada nas escolas apresenta-se subdividida em morfologia, sintaxe e fonologia, onde está inserida a ortografia. Esta última, centro constante de polêmicas, tanto por parte dos alunos, que não acentuam, não escrevem como rege a norma; quanto por parte dos professores, que não sabem a maneira

correta de se ensinar essa ortografia nas escolas. Ademais, na década de 90 foi assinado o novo acordo ortográfico entre os países de Língua Portuguesa, o que gerou mais controvérsias.

A ortografia dos denominados países lusófonos é um tema inquietante visto as novas alterações propostas pelo novo acordo ortográfico, de 2009. Com o intuito de promover a o prestígio social da Língua Portuguesa no cenário internacional o acordo propõe uma simplificação das regras. Vale ressaltar que o acordo está assinado desde 1990 e começou a ser internalizado pelos falantes e estudantes do português padrão em meados de 2009. Diante desses fatos, e inquietações e dúvidas docentes e discentes surgiu a ideia de voltar o olhar de pesquisadora para estas questões: qual a melhor maneira para se trabalhar a ortografia no ensino fundamental II, segundo as novas regras? Qual a proposta metodológica mais adequada?

Assim, este artigo traça a evolução da Língua Portuguesa e da ortografia, demonstrando o dinamismo transformador por que passa uma língua em uso, exemplificando diversas fases do português, e traz uma proposta metodológica para o ensino ortográfico no nível Fundamental II. Para isso, recorreremos a uma pesquisa de cunho bibliográfico na literatura já existente e em uma sugestão para as salas de aula do ensino fundamental II.

1 BREVE HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Os primeiros documentos escritos da Língua Portuguesa data do séculos XII. A questão ortográfica apresentava-se de maneira rudimentar para auxiliar na leitura – a exemplo da duplicidade das vogais para indicar a tonicidade da sílaba (dooe = dói). Entretanto, não havia um padrão nas palavras, que poderiam apresentar várias formas de serem escritas. O étimos grego ou latino foram utilizados para a escrita na segunda metade do século XVI até final do século XIX.

A simplificação da escrita e a normatização ortográfica começaram a ser alvos de crítica a partir do início do século XX. Na primeira década desse século a primeira proposta para simplificação ortográfica emergiu buscando uma uniformização da regra, entre elas: a eliminação dos fonemas gregos “th” (theatro), “ph” (filosofia), “ch” (com som de k, como em chimica), “rh”

(rheumatismo) e “y” (lyrio); propunha a eliminação das consoantes dobradas, exceto os dígrafos rr e ss. Viana também buscava a regularização da acentuação gráfica (BECHARA, 2008).

Essa reforma foi oficializada em 1911, sem vínculos com o Brasil, ficando em vigor duas ortografias. Em 1915, o filólogo Ramos, propôs um ajuste na ortografia brasileira, para adequá-la aos padrões portugueses, que foi aprovada pela Academia Brasileira de Letras, e posteriormente revogada.

Várias tentativas de unificação ortográfica foram sugeridas pelas Academias do Brasil e Portugal, como em 1931, quando do acordo da unidade ortográfica dos dois países, mas revogado pela então Constituição de 1934, voltando-se de fato à ortografia do passado, de 1891, os fonemas gregos foram novamente incorporados. Tempos mais tarde, em 1971 um novo acordo deu uma maior aproximação aos dois países.

Entre a década de 1970 e 1980, novos acordos não obtiveram êxito. De acordo com os responsáveis pela tentativa da unidade ortográfica recente para os países lusófonos – Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste – a permanência de duas ortografias dificulta alguns processos, tanto linguísticos quanto comerciais e sociais de prestígio. Em 2004 é assinado o novo Protocolo do acordo ortográfico, sendo ratificado pelos países algum tempo depois, entrando em vigor de fato em 2009.

1.1 ASPECTOS DA ORTOGRAFIA LÍNGUA PORTUGUESA

A Gramática está subdividida em Morfologia, Sintaxe e Fonologia. Nesta última subdivisão se insere a ortografia, que estabelece padrões para a escrita das palavras, podendo estar ligada tanto à etimologia quanto à fonologia. É possível resumir em três momentos distintos a ortografia da Língua Portuguesa, sendo no primeiro momento a escrita semelhante à pronúncia; depois, a ortografia aliada a simbologias latinas e gregas, numa tentativa de aproximação com o Grego e o Latim e o terceiro momento quando surge o primeiro sistema ortográfico proposto por Viana (1883).

Conhecer a ortografia de uma língua facilita tanto o ensino quanto a aprendizagem desta. O início da história da ortografia data do século XV e

chega ao século XX, com a proposta do novo acordo ortográfico para os países que têm a Língua Portuguesa como língua oficial. Segundo Matteoda (1989) o sistema ortográfico deve basear-se em dois aspectos: um normativo e outro representativo, em uma relação entre a ortografia e as estruturas linguísticas, como semântica, sintaxe e pragmática.

Podemos resumir a história da ortografia como uma tentativa através dos séculos de harmonizar a ortografia dos países lusófonos: *do Séc XVI até séc. XX* – Escrita etimológica; A Academia Brasileira de Letras começa a simplificar a escrita nas suas publicações (1907); Primeira Reforma Ortográfica (1911); Harmonização da ortografia brasileira e portuguesa (1915); em 1929, a Academia Brasileira de Letras altera as regras de escrita e em 1931 é aprovado o primeiro Acordo Ortográfico entre o Brasil e Portugal, que visa suprimir as diferenças, unificar e simplificar a língua portuguesa. Na década de 1940 foi regido o Formulário Ortográfico após a Convenção ortográfica entre Brasil e Portugal e um novo acordo torna-se lei em Portugal em 1945; a década de 1970 é marcada por alterações e elaboração de um novo projeto de acordo; na década de 1980 várias contestações foram feitas em relação aos acordos vigentes, para só então na década de 1990 o acordo ser ratificado e posto em prática efetiva nas escolas a partir do ano de 2009 (FERNANDES, 2010).

2 O APRENDIZADO DA NORMA E O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

As práticas pedagógicas que partem do princípio de que a aquisição da língua escrita ocorre de maneira cumulativa e com técnicas de repetição e memorização começaram a ser questionadas a partir do início da década de 1980, quando as teorias de Piaget (1973), Chomsky (1975) e Vigostky (1988) surgiam. Assim, a aprendizagem da escrita começa a ser pensada a partir do erro do educando em seu processo de construção do conhecimento, segundo Rego (2007).

No que tange à ortografia, conforme Carraher (1985, p. 38) “os erros revelam as dificuldades e as soluções criadas pelos alunos para escrever palavras com cujas grafias não estão familiarizados (...) e funcionam como pistas para intervenção didática.”

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa:

De modo geral, o ensino da ortografia dá-se por meio da apresentação e repetição verbal de regras, com sentido de “fórmulas”, e da correção que o professor faz de redações e ditados, seguida de uma tarefa onde o aluno copia várias vezes as palavras que escreveu errado. E, apesar do grande investimento feito nesse tipo de atividade, os alunos — se bem que capazes de “recitar” as regras quando solicitados — continuam a escrever errado (1997, P. 52)

Nesse contexto, cabe-nos uma reflexão referente às estratégias usadas para o ensino-aprendizagem da ortografia. Duas concepções de ensino da ortografia nas salas de aula podem ser percebidas nos nossos dias: o tradicional, que incita apenas a memorização sem relacioná-la com a reflexão, desconsiderando aspectos regulares e irregulares ortográficos; uma segunda concepção (e esta muito polêmica) refere-se ao ‘não ensino ortográfico’ na escola, entretanto ela continua sendo cobrada pelas instituições de ensino. Ou seja, os docentes não ensinam a ortografia, mas a cobram em avaliações, como se o educando já soubesse ou tivesse internalizado a norma, o que está distante da realidade.

O treino ortográfico era uma das tarefas prediletas da concepção tradicional. Alguns pesquisadores, como Morais (1998) em sua obra *Ortografia: ensinar e aprender*, criticam este tipo de metodologia por não se vincular à reflexão ortográfica, sendo reduzida apenas ao certo e ao errado. Com novas vistas ao processo denominado letramento, muitos professores consideraram que o ensino da ortografia era insignificante e por isso, não deveria ser ensinada na escola (TOLEDO, 2008).

Entretanto, compreendemos que a ortografia é um objeto de conhecimento que pode e deve ser incorporado através da reflexão não se configurando em um processo passivo, no qual o aluno pense a língua como um conjunto pressuposto de regras desconexas do texto. Nessa percepção, é preciso que a escola e os professores ajudem a compreensão dos casos regulares e conduzam o educando a refletir sobre aqueles que não têm normas definidas (MORAIS, 1998, 1999).

Assim, o novo acordo ortográfico precisa chegar às salas de aula do ensino fundamental II de uma maneira mais simplificada. Inicialmente, o educando precisa compreender que o Novo Acordo Ortográfico da Língua

Portuguesa é uma tentativa de unificação da ortografia dos países lusófonos, totalizando aproximadamente cerca de 240 milhões de falantes da Língua Portuguesa. Nessa perspectiva, Silva (2008) afirma que

O Novo Acordo Ortográfico busca um consenso, quando for possível, e duas redações oficiais, quando isso não for possível. Ele não mexe, nem poderia fazê-lo, na nossa forma de falar, mas busca facilitar, padronizar a escrita. Assim, na opinião dos defensores do acordo, livros publicados em Portugal não precisariam mais sofrer revisão para serem publicados aqui, por conta das diferenças na ortografia lá e cá. Dessa forma, tanto o mercado português como o de países como Angola e Moçambique ficariam mais acessíveis aos livros e às revistas produzidos no Brasil. Se depender do novo Acordo Ortográfico, o português terá as mesmas regras em todos os países em que é adotado como língua oficial (SILVA, 2008, p. 10).

Nesse contexto, a ortografia dos países lusófonos será igual, quando for possível para tais nações, o que é uma ideia boa, pois evitaria vários equívocos como nas traduções literais de termos que pertencem só a um país, por exemplo, no caso da publicação de livros.

Dessa forma, o acordo ortográfico deve chegar para o falante da Língua Portuguesa de maneira gradativa na escrita, ou seja aos poucos vai sendo internalizada à escrita, não de um dia para o outro, pois 'desconstruir' o aprendido anteriormente também requer tempo. A mudança não interfere sob o aspecto da comunicação oral, pois é uma tentativa de uniformizar a escrita. Pensado dessa maneira, a nova ortografia seria mais bem recebida nos meios escolares e entre professores, que ainda apresentam alguma resistência, tanto em relação ao acordo quanto ao ensino ortográfico em sala de aula.

Para o Brasil, pouca coisa será diferente da ortografia anterior – apenas 0,5% das palavras sofrerão alguma modificação. Em Portugal, a mudança será um pouco maior: 1,6% das palavras do país serão alteradas. As principais mudanças no Brasil serão a incorporação das letras k, w e y novamente no alfabeto; a eliminação do trema, permanecendo-o apenas em nomes próprios, palavras estrangeiras e seus derivados; a eliminação do acento agudo nos seguintes casos: em ditongos abertos de palavras paroxítonas, mantendo-os apenas nas proparoxítonas; nas palavras paroxítonas com i e u tônicos que formam hiato com a vogal anterior quando esta faz parte de um ditongo; nas formas verbais que têm o acento na letra u tônica, precedida de g ou q e

seguida de e ou i, porém, se estas palavras forem pronunciadas com a ou i tônicos, permanece o acento; a eliminação do acento circunflexo nas palavras constituídas por hiato e terminadas em ee e oo, e nas terceiras pessoas do plural das conjugações verbais do presente do indicativo e subjuntivo, permanecendo apenas nos verbos ter e vir e seus derivados; a eliminação do acento diferencial, permanecendo apenas para diferenciar a conjugação do verbo poder (pretérito perfeito do indicativo e presente do indicativo) e para diferenciar por (preposição e verbo); e a utilização de novas regras para o uso do hífen (TOLEDO, 2009, p. 37).

2.1 ASPECTOS REGULARES E IRREGULARES DO ENSINO DA ORTOGRAFIA

A ortografia se organiza sob dois aspectos principais: os regulares, no qual existe a correspondência entre letras e fonemas, e, portanto mais fáceis de assimilar e aprender; e os irregulares, que exigem memorização. Palavras como “cidade” e “hoje” não têm uma regra específica para serem aprendidas, dependem do uso; outras palavras como cachorro e honrado pertencem aos aspectos irregulares, uma vez que é justificado pela etimologia dessas palavras, exigindo, portanto memorização (MORAIS, 1998).

Existem três tipos de relações regulares dentro da ortografia: as diretas – grafias de P, B, T, D, F e V; as regulares contextuais – o contexto define qual letra deve ser usada, como “r” ou “rr”, por exemplo; e as regulares morfológico-gramaticais – onde a compreensão da regra nos dá segurança ao escrever, como por exemplo saber que portuguesa é escrita com S e beleza é com Z, apesar de serem foneticamente iguais.

Em relação à grafia das regulares diretas, apesar de som confundir uma criança em nível de alfabetização pela semelhança sonora, as palavras que pertencem a esse grupo podem ser internalizadas à escrita de um modo mais fácil, sem a necessidade de decorar; igualmente no caso das regulares morfológico-gramaticais, seu aprendizado se dá através do processo que formou a palavra, facilitando a aprendizagem (como em análise e analisando); quando o aluno faz uma analogia desse tipo, ele organizou o pensamento para buscar uma palavra ‘da mesma família’ para poder escrever. Essas

regularidades precisam ser refletidas na escola, entre o aluno e o professor, para assim, tornar a aprendizagem significativa e entendida pelo discente.

Já as relações irregulares residem, de acordo com Morais (1998, p. 78):

na escrita - do “som do S” (“seguro”, “cidade”, “auxílio”, “cassino”, “piscina”, “cresça”, “giz”, “força”, “exceto”); - do “som do G” (“girafa”, “jiló”); - do “som do Z” (“zebu”, “casa”, “exame”); - do “som do X” (“enxada”, “enchente”). Assim, em todos esses casos, não existe regra, exigindo assim, a memorização e consultas a dicionários

No caso das relações irregulares, é comum que o aluno ao ter que recorrer à memorização ou ao auxílio de um dicionário demonstre maior dificuldade na aprendizagem, mas é tarefa do professor buscar meios para trabalhar essas irregularidades de uma maneira reflexiva e que utilize jogos ortográficos, como a que propomos neste estudo. Assim, nesse contexto, nossa proposta metodológica para se ensinar ortografia no Ensino Fundamental II, baseia-se na união da teoria ortográfica (com suas regularidades e irregularidades) no jogo soletrando, que explicitaremos a seguir.

3 PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA ORTOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Apesar de vivermos numa era digital, incentivar os professores a ministrar uma aula mediada pelas mídias digitais continua sendo uma tarefa árdua, principalmente quando a concepção de aprendizagem é centrada somente no educador. Diante disso, faz-se necessária uma reflexão em torno da educação e das metodologias que estão sendo utilizadas em sala de aula, sobretudo nas aulas de Português. A práxis docente dos professores de Língua Portuguesa precisa sair da teoria e ir para o campo prático, onde se utilizam brincadeiras a fim de melhorar a aprendizagem e conseqüentemente conquistar a atenção do aluno. Sem dúvida o ensino da língua pátria precisa de novas motivações metodológicas e constantes inovações por parte dos professores.

O ensino da ortografia nas escolas básicas do Brasil é questão relevante que precisa ser (re) pensada e adequada às novas exigências do mundo globalizado, como a inserção da internet no dia a dia.

Entretanto, quando o ensino da leitura e da escrita se insere a partir do ponto de vista da aprendizagem significativa e da funcionalidade da linguagem, como demonstrado por um grande número de pesquisadores como Emília Ferreiro (2007), entre tantos outros, os alunos desenvolvem estratégias de compreensão de leitura e de produção de textos escritos que com o passar do tempo, consolidam-se em um domínio mais profundo e útil da linguagem escrita. Para isso, o ensino da ortografia precisa estar aliado às habilidades e competências da compreensão textual.

Todavia, as realidades escolares a qual temos acesso nas escolas públicas do país poucas vezes promovem uma construção sólida do conhecimento porque os professores não dispõe de recursos metodológicos para emancipar o aluno. Cabe ao professor de Português tentar sanar essas dificuldades e oferecer uma possibilidade de mudança para o aluno, cabe ao profissional desenvolver formas de promover a aprendizagem emancipatória e intelectual desse educando (VASCONCELOS, 2006).

A proposta para o ensino ortográfico sugerida neste estudo se baseia nas ideias de Morais (2008), quando ele elenca o que o professor deve fazer nas aulas de Língua Portuguesa para estudar e refletir a ortografia:

- I – O aluno precisa ter acesso a boas histórias, lendas, poesias, jornais e outros gêneros, pois é defrontando com as formas corretas de escrita que o aluno poderá constatar-las com suas hipóteses, vindo a descobrir o que está por trás do uso de tal ou qual letra.
- II – Deve-se mudar as práticas de ensino e o preconceito sobre o erro do aluno, o professor deve criar em sala de aula situações que levam os alunos a refletirem sobre suas dúvidas,
- III – Deve-se colocar metas para que os alunos aprendam ortografia a fim de orientar o trabalho do professor e facilitar o entendimento aos alunos.

Assim, acreditamos que o professor ao traçar metas facilitadoras da aprendizagem (ensinar as irregularidades através de ditado interativo e produção de texto, por exemplo), e mudar a prática de ensino esteja contribuindo para a fixação da ortografia. Aqui propomos a inserção do jogo soletrando na sala de aula, o aluno terá mais chances de aprender a refletir sobre a língua e sua escrita. É preciso que nas escolas de ensino básico haja a preocupação de envolver o aluno na construção de sua própria aprendizagem

e não reproduzir a ortografia como assunto decorativo para a avaliação classificatória do sistema.

Quando a ortografia é pensada em separado, o educando não consegue construir um aprendizagem significativa, pois o que ele observa são apenas regras e normas a serem seguidas para o 'não erro'. Assim, "a utilização de técnicas lúdicas como jogos, brincados e brincadeiras direcionadas pedagogicamente em sala de aula podem estimular os alunos a construção do pensamento e conhecimento de forma significativa" (TOLEDO, 2009, p. 42).

Nesse sentido, a reflexão ortográfica estará presente em todos os momentos da aula, sejam eles escritos, na forma como escrever determinada palavra, ou orais, ao pensar em como deve ser soletrada a palavra. Assim, o jogo é um excelente recurso metodológico para se ensinar ortografia, das regularidades às irregularidades, como dissertamos a seguir.

3.1 O JOGO COMO RECURSO METODOLÓGICO PARA O ENSINO DA ORTOGRAFIA

Diferenciar lúdico, jogo, brinquedo e brincadeira é desafiador, pois, ambos estão intimamente interligados, mesmo que possuindo características diversificadas e por isso merecem nossa atenção. Segundo Oliveira e Francischini (2009, p.59)

São várias as tentativas de conceituar o lúdico, a brincadeira, o brinquedo e o jogo e, ao mesmo tempo, diferenciá-los. Na maioria das vezes, esses termos são utilizados como sinônimos, seja no cotidiano seja na literatura específica.

Para o professor é interessante verificar não apenas o conceito, mas a aplicabilidade desse recurso no cotidiano escolar como recurso facilitador do ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, um dos inúmeros recursos que podem ser utilizados em sala de aula para promover a aprendizagem é o jogo didático, que surge como uma oportunidade de socializar os alunos, buscando a cooperação mútua, participação da equipe. Mas para que isso aconteça, o professor precisa planejar e organizar quais os objetivos que pretende alcançar e qual caminho

vai percorrer para chegar ao resultado desejado (OSTERMANN; CAVALCANTI, 2010).

Assim, unindo a regra a um jogo, o professor tem a possibilidade de efetivar, solidificar o conhecimento e conseqüentemente internalizar a norma. Acreditamos que uma proposta metodológica voltada para o uso do jogo soletrando, por exemplo, possa contribuir para a aprendizagem das normas ortográficas no ensino fundamental II.

Nesse contexto é preciso que o professor trace metas e objetivos para o ensino da ortografia, promovendo situações em que exijam o conhecimento ortográfico, minimizando a escrita espontânea do aluno. Uma alternativa para o sistematização do ensino da ortografia é a atividade de reflexão sobre palavras a partir de textos, como em um ditado interativo, no qual se faz uso de um texto já conhecido dos alunos, para que possam fazer suas inferências e discussões acerca de seus erros e acertos. Entretanto, essa atividade precisa estar articulada a um jogo didático, mediado pelo professor para a consolidação do conhecimento ortográfico.

Nossa proposta para o Ensino Fundamental II é aliar os aspectos irregulares da ortografia ao jogo soletrando como forma de fixar o conhecimento e promover a aprendizagem do conteúdo. O soletrando, também chamado de Campeonato Nacional de Soletração, é um jogo voltado para a ortografia lançado por uma emissora de televisão, que depois passou a ser adotado nas escolas brasileiras como método de ensinar a ortografia. O jogo, que pode ser jogado em equipes, consiste em soletrar as palavras sorteadas de maneira correta; as dicas são dadas pelo mediador na fase Aplicação em frases (frases elaboradas com a palavra) e Etimologia da Palavra (explicação de onde a palavra veio) para assim, facilitar a soletração.

Outra sugestão são atividades reflexivas sobre as palavras fora dos textos, envolvendo a etimologia e o auxílio do dicionário em situações de ensino-aprendizagem. Dessa maneira, o aluno aliando as regras que conheceu na teoria à brincadeira de soletrar, termina por internalizar aquela palavra e conseqüentemente seu significado. Alunos do 6 ao 9º ano precisam de metodologias novas para que o interesse se volte para o estudo e a competição saudável em equipes é uma forma de estímulo.

O ensino da ortografia só tem sentido para Morais (1999) quando o educando encontra-se alfabetizado, sendo portanto, suas reflexões cabíveis apenas no ensino fundamental II, considerando o que o aluno sabe e o que ele não sabe. Nessa perspectiva, propomos a seguir uma execução da metodologia aqui sugerida.

- **EXECUÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA**

Para se construir a reflexão ortográfica é preciso que o professor se debruce sobre as metas que ele julgou pertinentes junto a sua turma. Metas estas que se relacionam com o ‘como fazer’; baseado no pressuposto que as situações de sistematização do ensino-aprendizagem da ortografia se subdividem em três grupos, conforme Morais (2008). Assim, apresentamos uma sequência de aula com os pressupostos metodológicos aqui sugeridos: Leitura de uma produção textual previamente escolhida pelo professor onde há “erros” ortográficos diversos e conversa informal sobre se aprender a partir do erro; Divisão da sala em dois grupos; Explicação do Jogo Soletrando e suas regras (contemplando palavras da produção de texto escolhida); Início do jogo; Sistematização e reflexão das palavras após seu término; Retextualização e reescritura da produção de texto após o soletrando.

Para chegar às metas traçadas pelo professor, é necessário passar por três etapas de atividades, conforme dissemos anteriormente: 1. Atividades de reflexão sobre palavras a partir de textos; 2. Atividades de reflexão sobre palavras fora de textos; 3. Atividades de revisão das produções.

Nessa sequência, o Jogo Soletrando poderia ser utilizado levando em consideração os três momentos da aula de ortografia supracitados, no qual o jogo auxiliaria na aprendizagem reflexiva de palavras fora e dentro de contextos. Ao dividir a sala em duas equipes, o professor já gera uma expectativa de aula ‘diferente’ da lousa e do livro; os alunos, ao começarem a soletrar as palavras sorteadas pelo professor, poderão pedir o auxílio da ‘aplicação em frases’ e ‘epistemologia’ da palavra, o que vai gerar uma aprendizagem das irregularidades e uma maior fixação das regularidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçarmos um panorama histórico da Língua Portuguesa e sua consequente evolução ortográfica, podemos afirmar que a ortografia da Língua Portuguesa de fato apresenta várias controvérsias, principalmente no que tange ao ensino fundamental II, principalmente porque o educando já carrega uma bagagem de conhecimento prévio e de mundo significantes. Assim, a desconstrução do equívoco ortográfico só será possível por meio da reflexão, proposta por metodologias inovadoras, como o uso do jogo Soletrando, produções de texto e ditados interativos.

Quando o educando adquire a língua escrita, adquire também uma capacidade de pensar e refletir acerca do que lhe foi ensinado, basta que esta prática seja incitada pelo docente. Nesse contexto, os cursos de formação de professores – as licenciaturas – podem ter uma marca decisiva nessa possível e lenta nova forma de ensinar ortografia a qual propusemos nesta pesquisa.

Os pesquisadores e estudiosos que trataram dessa mesma temática corroboram nossas ideias de que o ensino da regra ortográfica melhora o desempenho do conhecimento do erro, para a partir dele, gerar a reflexão. Não podemos esquecer que o jogo e a brincadeira soletrando é uma alternativa para conduzir a aprendizagem ortográfica, promovendo brincadeiras, fazendo com que a ortografia seja vista como objeto de conhecimento sobre o qual podemos pensar e não meramente repetir.

Os padrões ortográficos atuais tiveram grande rejeição por parte dos alunos pelas mudanças sofridas, pois a memorização das novas regras seria mais difícil pois estavam acostumados com a antiga. Este estudo possibilitou a reflexão acerca do ensino da ortografia no Ensino Fundamental II e uma proposta metodológica que envolve jogos didáticos pedagógicos.

As dificuldades de se ensinar ortografia passam pelas regularidades e irregularidades ortográficas no processo de ensino-aprendizagem, entretanto, é fundamental para o aluno poder aprender em um jogo como o soletrando, pois facilita o aprendizado das irregularidades ortográficas. Ratificamos nossa hipótese inicial ao sugerir o jogo soletrando como método para se aprender as irregularidades ortográficas e a questão da dificuldade de aprendizagem dos alunos por não ter uma metodologia diferente da tradicional lousa e livro.

VIANNA, José Leite de Vasconcelos Viana. **Ortografia nacional. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas.** Lisboa: Viúva Tavares Cardoso, 1904.